

Estatuária colonial e o passado colonial português em África

João Neves

Estudante de Licenciatura em Ciências da Comunicação
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
joaoneves1906@gmail.com

O passado colonial português, ainda que sendo um assunto sensível para uma boa parte da população, não deve ser colocado de lado, devendo, acima de tudo, ser lembrado e relacionado com a multiplicidade de nacionalidades que nasceram a partir de meados do século XX. Enquanto uns vangloriam o povo português pelos feitos além-mar, outros abominam esse passado pelas entrelinhas sombrias que o compõem. Tendo em conta estas disparidades em termos da visão do passado colonial português, para alcançarmos um ponto de vista afastado de um entendimento lusocêntrico, e para estudar de forma mais aprofundada estes dados, devemos cruzar as várias perspetivas acerca das relações entre Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa, de modo a que possamos compreender as relações criadas nas diferentes culturas, refletindo identidades transnacionais e transcontinentais.

Procurei refletir sobre quotidianos de produção e consumo na vertente imagética e simbólica que se descobre a partir da arte urbana, materializando-se na criação/produção de novos espaços rurais e marginais e focando manifestações artísticas e criativas concretas e territórios de vivência particulares. Tentei ainda relacionar a estatuária colonial, aproveitando a queda e pichagem de estátuas no mundo e em Portugal, no seguimento da morte de George Floyd, com as várias perspetivas acerca do passado colonial português.

As relações entre Portugal e África não são recentes. No entanto, foi a partir do século XVI, com a explosão do comércio de escravos para a América Latina e com as próprias navegações portuguesas que estas relações se tornaram mais intensas. Portugal, enquanto potência colonizadora, foi um dos países que causou maiores movimentações de escravos. É neste aspeto que as relações entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa geram polémica. Será que Portugal foi, efetivamente, mais “suave” na sua exploração do Novo Mundo do que as outras potências

como a Espanha, conhecida por ter chacinado populações sul-americanas a mando de Pizarro e Cortés?

Antes de abordar o tópico do luso-tropicalismo, devemos proceder a uma tentativa de definição de “portugalidade” e “lusofonia”, já que são termos que estão ligados ao primeiro. Segundo Vítor de Sousa, a portugalidade “deve ser contextualizada”, e deve aparecer nos dicionários como “o mesmo que patriotismo”, traduzindo-se numa identificação com Portugal (Sousa, 2017). Este termo foi cunhado durante o colonialismo para mostrar Portugal e as colónias como um só, lutando contra os grupos independentistas que iam surgindo.

Numa posição diferente, surge a “lusofonia” – um termo mais recente, pós-colonial, não devendo por isso ser confundida com a portugalidade. Numa definição básica, “lusofonia” é o falar português. Moisés Martins (2006), porém, aprofunda, colocando a lusofonia na área cultural e na construção de um mundo globalizado. Devido à confusão entre este termo e a portugalidade, “lusofonia” torna-se um conceito polémico – de facto, no documento de fundação da CPLP, não é usada uma única vez porque poderia dar origem a uma ideia disfarçada de supremacia portuguesa, num olhar lusocentrado pontuado por uma alegada exceção lusa. Mas, como nos indica José Mattoso, a história tem de ser expurgada das teorias míticas e messiânicas, que são tão carregadas de emotividade, como acontece quando muitos abordam Portugal e o povo português (Mattoso, 2008, p. 56).

Depois de abordados estes termos, podemos falar no luso-tropicalismo – teoria social que se funda na “excecionalidade” da colonização portuguesa, isto é, “uma ideia de colonização doce, fraterna, não violenta nem escravagista” (Martins, 2017, p.12). Esta ideia assume um papel importante no desenvolvimento da política do Estado Novo, na intenção de mostrar ao mundo uma mística portuguesa, uma “particular maneira portuguesa de estar no mundo” (Moreira, citado por Sousa, 2017, p. 107), o país dos brandos costumes. O luso-tropicalismo parece desculpabilizar a opressão portuguesa e tentar mostrar os benefícios que as colónias tinham ao serem parte de Portugal. O luso-tropicalismo acolhe ainda a “noção de que a “unidade de sentimento e de cultura” deve sobrepor-se a questões de soberania, podendo florescer no seio de uma entidade transnacional ou supranacional uma federação cultural com lugar para muitos Estados” (Martins, 2004, p.9). De facto, esta ideia tão defendida pelo

Estado Novo para tentar disfarçar, aos olhos do mundo, o estado colonial que era Portugal, procura criar uma noção de união na portugalidade dos países lusófonos. É a tentativa de passar uma imagem de coesão e da existência de um povo só – o português –, em vez de haver a metrópole e, à parte, as suas colónias.

Podemos concluir que, enquanto a lusofonia coloca todas as nações no mesmo nível de independência, a portugalidade procura exacerbar o papel de Portugal na interculturalidade com as colónias. Porém, com um passado colonial tão vincado na história dos países como Portugal e Moçambique, por exemplo, acaba por ser difícil falarmos em “interculturalidade”. Quando um país exerce o seu domínio sobre outro, até que ponto haverá uma equivalente permuta cultural? Decerto, o país colonizador optará por exercer o seu poderio e passar a sua cultura para o país colonizado. Desta forma, o país colonizador conseguia manter o seu poderio cultural sobre as colónias, povos supostamente inferiores. Com estas diferenças na transmissão de culturas, podemos falar em “interculturalidade invertida” (Stoer & Cortesão, 1999). É neste conceito que se inscreve a portugalidade, que surgiu numa tentativa do regime de homogeneizar as partes integrantes do Império Português, “sublinhando uma maneira própria de estar no mundo e pretendendo marcar a diferença entre ‘nós’, os portugueses, e os ‘outros’, os povos das ex-colónias” (Sousa, 2020).

Mas onde entra aqui a estatuária colonial? Ora, a estatuária colonial serviu, por muitos anos, de símbolo do domínio português sobre as suas colónias. As estátuas, enquanto monumentos públicos, expressam a memória coletiva e são, geralmente, ligadas à identidade nacional por quem está no poder quando elas são erigidas. Assim, nas colónias, foram erigidas pelos governos dominantes estátuas que se ligavam ao imaginário da metrópole, homenageando personalidades que fossem importantes para a sua história enquanto povo e enquanto nação. Com a independência das antigas “províncias ultramarinas”, a tendência seria, geralmente, o derrube e destruição ao longo do tempo das estátuas erigidas pelos colonizadores portugueses devido ao seu passado colonial que, segundo Vecchi, “pode revelar-se um assunto problemático por ainda não estar encerrado” (Vecchi, 2018).

Vários são os exemplos de formas de lidar com a estatuária colonial num pós-colonialismo, sendo o mais recente aquele movimento que se espalhou por todo o mundo, caracterizado pelo derrube e pichagem de

estátuas ligadas ao passado colonial. Vejamos, no entanto, o exemplo moçambicano. Claro está que, na sequência imediata da guerra colonial, as estátuas portuguesas caíram – excetuando-se o chamado “Padrão de Guerra”, que serve de homenagem a todos os combatentes do conflito entre Portugal e as suas então colónias. Porém, foi tomada uma atitude por parte do governo de Moçambique contra esta destruição de estátuas – em nome da memória. Assim, uma vez recuperadas, as estátuas foram recolocadas – tal como aconteceu no antigo bloco soviético com as estátuas de, por exemplo, Lenin ou Stalin. Uma estátua de Mouzinho da Silveira, por exemplo, é hoje usada como cenário para fotografias de casamentos; outra, de Salazar, está na Biblioteca Nacional de Moçambique virada para a parede, como que de castigo.

Esta forma de lidar com um problema tão presente na sociedade é uma tentativa de preservar a memória histórica. Olhar para o passado colonial e integrá-lo na atualidade pode servir de fator importante da promoção intercultural, procurando ir ao encontro da descolonização mental que se procura desde o fim do domínio português no ultramar. Esta descolonização é a mais difícil de combater – desde o fim do império português que se procura a descolonização, mas a parte mental não desaparece com facilidade. Há uma necessidade de promover uma história não assente na perspetiva europeísta; é necessário, segundo Edward Said, descolonizar as pessoas, descolonizar a linguagem das grandes narrativas europeias. Um fenómeno tão polémico como aquele do derrube e pichagem das estátuas deve ser alvo de debate para que se possa chegar a um acordo acerca das atitudes a tomar em relação à estatuária colonial, de modo a promover uma saudável interculturalidade e evitando a interculturalidade invertida.

Depois da morte de George Floyd, este assunto voltou a ganhar a atenção do público. Quais deverão ser as atitudes a tomar em relação à estatuária colonial? Devem ser mantidas nos seus lugares públicos em nome da memória ou devem ser retiradas, em nome da descolonização? Para estudar estes aspetos mais aprofundadamente, decidi explorar as perspetivas dos média sobre este assunto, de forma a compreender melhor as perspetivas e as posições face a estes acontecimentos. Assim, recolhendo um número de artigos relacionados com a queda e pichagem de estátuas, procurei saber de que forma o fenómeno do derrube de estátuas, da sua pichagem, se desenvolveu por esse mundo fora, com

especial incidência em Portugal, no que respeita à estatuária pública. Foram derrubadas e pichadas estátuas? Houve manifestações de apoio ou contra os movimentos? Quais as posições dos média acerca destes acontecimentos?

De um total de 47 notícias, 23 saíam em defesa do derrube e pichagem de estatuária colonial, havendo outras 24 que iam na direção oposta. Em termos percentuais, há 49% de notícias favoráveis ao derrube/pichagem de estátuas), tendo por base a ideia de que a intervenção pública contra estátuas alegadamente anacrónicas não configura um crime público, ao contrário do que está plasmado na Constituição portuguesa. Pode falar-se, aqui, em “artivismo”, um termo pouco consensual, mas que é adotado pelos movimentos contestatários, enquanto evidência de uma rotura artística decorrente da reivindicação social e que apela a ligações pouco pacíficas entre arte e política, incentivando o impacto artístico enquanto ato de resistência e de subversão.

Pode concluir-se que, em face dos resultados obtidos, em Portugal o debate acerca das estátuas está longe de ser consensual. Ainda existem grandes divisões neste aspeto (especialmente nos média), como foi demonstrado pelo estudo feito aos artigos noticiosos acerca deste tema. As opiniões divergem muito, mesmo existindo algumas que optem por uma posição menos extremista e mais cautelosa, que apelam, por exemplo, à não destruição das estátuas, mas sim ao seu reposicionamento, e outras que, sendo contra o derrube das mesmas, compreendem os motivos por detrás destas atitudes, ainda que as condenando. Com um passado colonial recente, o país procura, desde 1974, proceder à total descolonização, sendo a descolonização mental aquela que insiste em ser menos eficaz. Ainda na atualidade predomina a narrativa europeia e o eurocentrismo no mundo, sendo também contra isso que se tenta lutar desde meados do século XX, quando começaram a nascer os movimentos anticolonialistas por todo o mundo.

Esta necessidade de promover uma descolonização mental passa pela problematização da forma como o passado colonial pesa nas relações interculturais nos dias de hoje, permitindo que se olhe para o passado como forma de se construírem dinâmicas de futuro.

Bibliografia

- MARTINS, M. L. (2004). *Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Retirado de <http://tinyurl.com/83rnonq>.
- MARTINS, M. L. (2006). *A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico*. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia* (pp. 79-87). Porto: Campo das Letras.
- Martins, M. L. (2017) *Da obsessão da portugalidade aos equívocos e possibilidades da lusofonia*. In V. de Sousa, *Da 'portugalidade' à lusofonia* (pp. 9-20). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- MATTOSE, J. (2008). *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.
- SOUSA, V. (2017). *Da portugalidade à lusofonia*. Vila Nova de Famalicão: Húmus/CECS.
- SOUSA, V. (2020). *A lusofonia enquanto olhar pós-colonial: um percurso difícil afetado pela colonialidade. O discurso dos média lusófonos online*. Intervenção no III Seminário Internacional Imprensa Periódica e as Comunidades de Língua Portuguesa.
- STOER, S. R. & CORTESÃO, L. (1999). “*Levantando a Pedra*” – *Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa Época de Transnacionalização*. Porto: Afrontamento.
- VECCHI, R. (2018). Depois das testemunhas: sobrevivências. *Memoirs*, p. 18. Retirado de <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/MEMOIRS-encarte.pdf>.